

A PROCURA DO ENSINO SUPERIOR AGRÁRIO EM PORTUGAL

Maria Isabel Barreiro Ribeiro e António José Gonçalves Fernandes

xilote@ipb.pt e toze@ipb.pt

Instituto Politécnico de Bragança

Escola Superior Agrária

Portugal

RESUMO

Este estudo tem como objectivo identificar os determinantes da escolha educacional e apoia-se em dados primários obtidos através da aplicação de um inquérito ao universo dos alunos que se inscreveram, pela primeira vez, no ano lectivo 2003/2004, em cursos leccionados em instituições vocacionadas para o ensino superior das ciências agrárias. Obtiveram-se 77,6% de respostas utilizáveis, isto é, dos 909 inquéritos enviados e recebidos apenas 705 estavam devidamente preenchidos (sem lacunas, omissões ou incorrecções). Através da estimação de modelos *logit* foram identificados como determinantes da escolha educacional, **factores pessoais**, particularmente, o facto do indivíduo estar ou não bem informado sobre os cursos e as instituições a que se pode candidatar; **factores de desempenho e académicos**, nomeadamente, a nota de acesso, motivos de candidatura ao ensino superior e atitudes perante o trabalho e os estudos; **factores contextuais**, designadamente, o facto do indivíduo se encontrar em situação de deslocado, os meios de subsistência, a preparação generalista que o curso proporciona, o prestígio do curso, a existência de maior número de vagas no curso e na instituição, a tradição familiar; e, finalmente, **factores sócio-económicos** como o nível de rendimento do agregado familiar e a escolaridade dos progenitores.

Palavras-chave: Ensino Superior Português, Ciências Agrárias, *Logit*, Escolha Educacional.

INTRODUÇÃO

Actualmente, as instituições de ensino superior competem no mercado, sobretudo, pela qualidade dos estudantes tendo como ponto de referência a reputação dos serviços que oferecem. Neste contexto, várias questões se colocam ao indivíduo que decide dar continuidade aos seus estudos após ter terminado o ensino secundário. “Que curso e que instituição satisfaz melhor as minhas necessidades?”. Conhecer os factores que estão por detrás de uma decisão tão importante com implicações quer ao nível do desenvolvimento individual e intelectual do indivíduo quer ao nível do desenvolvimento económico e social de um país é o objectivo desta comunicação. Apesar das limitações dos estudos verticais, a análise estática adequa-se ao objectivo referido uma vez que permite a aplicação do inquérito ao universo dos alunos que se inscreveram, pela primeira vez, no ano lectivo 2003/2004, no ensino superior agrário português.

Para a realização do estudo, começa por se enquadrar a temática da escolha educacional com vista à construção de um modelo teórico de factores explicativos que podem exercer influência neste tipo de decisão. Com base na revisão da literatura foi desenvolvido e aplicado um questionário ao universo em estudo. Dos 909 questionários, foram validados 705 devido a erros e lacunas no seu preenchimento. A informação assim recolhida permitiu estimar dois modelos *logit*¹ de escolha binária que identificam, por um lado, os factores determinantes na escolha do binómio curso/instituição e, por outro, os factores que foram determinantes para a escolha do tipo de ensino no ano lectivo em que foi aplicado o inquérito.

FACTORES EXPLICATIVOS DA ESCOLHA EDUCACIONAL

As complexidades de escolha educacional receberam ampla atenção na literatura das ciências sociais, especialmente, na literatura económica com a teoria do capital humano. Quase sempre os modelos desenvolvidos tinham como base o modelo dos custos/benefícios da educação. No entanto, este modelo foi estendido pelas contribuições individuais de diversos autores no que diz respeito à introdução de novas variáveis com o objectivo de averiguar o seu impacto na escolha educacional. A nível internacional a principal ênfase colocada pelos vários estudos incide, essencialmente, em factores de natureza social, económica, pessoal, familiar, académica, contextual e de desempenho.

Segundo as opiniões de Psacharopoulos (1973), Kodde e Ritzen (1987), Gago (1994), Grácio (1997), Verdú (1998), Albert (2000), Jiminéz e Velasquéz (2000), Rego e Sousa (2000) e Balsa, Simões, Nunes, Carmo e Campos (2001), os factores sócio-económicos, nomeadamente, o rendimento familiar, a profissão dos progenitores e o nível educacional dos mesmos são características que influenciam a escolha educacional.

¹¹ Modelo de regressão não linear em que a variável dependente endógena é de natureza qualitativa e binária. Para mais informações sobre este modelo deve consultar-se Greene (2000)

Estes autores verificaram que, durante o processo de acesso ao ensino superior, os concorrentes investem noutros factores para além da excelência escolar, isto é, o valor da média de ingresso representa o passaporte que permitirá o acesso a uma determinada instituição de ensino e curso superior. No entanto, existem factores sociais exteriores que podem condicionar o acesso às melhores oportunidades. No que diz respeito à classe social, os autores concluíram que a probabilidade de ingressar no ensino superior continua a ser mais elevada para os indivíduos originários de classes superiores, observando-se a mesma tendência em relação ao nível de instrução dos pais dos candidatos. Ou seja, o acesso ao ensino superior é influenciado pela origem social. A mesma conclusão havia sido também retirada por Rego e Sousa (2000).

Mora (1996), Mora e VillaReal (1996), Diaz (1987), Latiesa (1989), Verdú (1998), Simão *et al.* (2003), Kodde e Ritzen (1987), Gago (1994), Grácio (1997), Lopes (2001) e Portugal (2004) demonstraram que o mercado de emprego, nomeadamente, o estar bem preparado para o exercício de uma profissão, ter a oportunidade de arranjar emprego, ter êxito na carreira profissional, arranjar um emprego bem remunerado, são factores que exercem grande influência na escolha educacional. Valle e Rebelo (2001) defendem que a preocupação com o mercado de emprego está presente nos jovens, não só durante os últimos anos do curso mas também no momento em que estes escolhem a instituição e o curso. Esta escolha é, de acordo com estes autores, condicionada pela preocupação dos jovens relativamente à sua inserção futura no mercado de trabalho. Por outro lado, Hayes (1997) alega que o estatuto da universidade perspectiva os melhores empregos para quem a frequenta.

A nota de acesso ao ensino superior e a excelência escolar, isto é, o número de reprovações até ao 12º ano foram as variáveis incluídas para avaliar a influência dos aspectos relacionados com o desempenho escolar. Efectivamente, segundo Balsa *et al.* (2001), a média de ingresso no ensino superior representa o passaporte que permite o acesso a uma determinada instituição e a um determinado curso de ensino superior. Relativamente à excelência escolar trata-se de um indicador da qualidade escolar dos jovens que frequentam o ensino superior público tal como verificaram Psacharoupoulos (1982), Kodde e Ritzen (1987), Diaz (1987), Gago (1994), Grácio (1997), Rego e Sousa (2000), Jiminéz e Velasquéz (2000), Lopes (2001) e Balsa *et al.* (2001). Neste contexto, à semelhança da média de ingresso ao ensino superior, pretende-se verificar se este indicador é determinante na escolha do binómio curso/instituição. Grácio (1997) comprovou que, em média, quanto maior for o aproveitamento, maior é a probabilidade de mais investimento escolar. Por outro lado, o aproveitamento e a origem social interagem na medida em que estes influenciam a opção no ensino superior. Ou seja, a probabilidade de enveredar ou não pelo ensino superior dependia tanto mais do aproveitamento anterior quanto mais baixa fosse a origem social.

Para estudar os aspectos de natureza académica e profissional foram incluídas variáveis como a ascensão cultural, o nível de estudos pretendidos pelo inquirido, os motivos de candidatura ao ensino superior e as opiniões do inquirido acerca do trabalho e dos estudos. As duas primeiras tinham sido já testadas por Baía (2000) num estudo que teve como principal objectivo verificar a influência destas e de outras variáveis na escolha de um curso e de uma instituição de ensino superior. As duas

últimas haviam sido já testadas pelo ICSUL (1995) e por Diaz (1987), respectivamente. Ambos provaram que estas variáveis exerciam influência na escolha do tipo de ensino bem como na escolha do curso a frequentar. Por outro lado, relativamente à ascensão cultural e de acordo com Balsa *et al.* (2001) tem-se assistido, ao longo destas últimas quatro ou cinco décadas, a um processo extensivo de mobilidade ascendente em termos de qualificações. Existe uma tendência geral para a elevação do nível de estudos alcançados entre duas gerações precedentes. Também Santos e Baía (2001) argumentam que as expectativas de ascensão social por parte do estudante são um factor determinante na escolha do curso/instituição. Neste contexto, através da variável ascensão em termos culturais, medida pelo nível de instrução dos pais e pelo diploma que o seu descendente ambiciona alcançar, pretende-se saber se esta variável tem influência na escolha educacional.

Kodde e Ritzen (1987), Verdú (1998), Herbert (2000) e Santos e Baía (2001) deram mais um contributo nesta área ao concluírem que os pais exercem influência directa na decisão de escolha educacional dos progenitores. Diaz (1987) e Grácio (1997) demonstraram que as motivações psicológicas e a vocação influenciam, igualmente, a escolha educacional. Dias (1997) e Santos e Baía (2001) identificaram alguns factores situacionais passíveis de poderem influenciar a escolha educacional, designadamente, a proximidade da residência dos pais, a facilidade de acesso, o número de vagas, a qualidade científica e a possibilidade de poder trabalhar e estudar em simultâneo. Pesquisas mais recentes, levadas a cabo por Balsa *et al.* (2001), revelam que características como o prestígio, a qualidade e a notoriedade são, normalmente, associadas ao ensino universitário justificando a escolha de uma instituição universitária em detrimento de uma instituição politécnica.

Na Península Ibérica, Mora (1996), Gago (1994), ICSUL (1995) e Verdú (1998) apontam algumas características pessoais, nomeadamente, o género e a idade, como sendo factores com grande influência na escolha educacional. De acordo com Gago (1994, pág. 83), em Portugal, “...os rapazes e raparigas com o mesmo aproveitamento escolar e a mesma origem social são, largamente, influenciados nas suas escolhas pelo facto de serem, precisamente, rapazes ou raparigas e que esta influência é maior que a origem social e o aproveitamento juntos”. Relativamente à idade, de acordo com o ICSUL (1995), as situações de ingresso precoce no ensino superior em Portugal verificam-se em maior percentagem em instituições do ensino universitário.

METODOLOGIA

A revisão da literatura acerca da escolha educacional permitiu identificar as variáveis independentes a incluir neste estudo que viria a consubstanciar-se num questionário estruturado em quatro partes. A primeira incluía perguntas do foro individual e pessoal; a segunda pretendia fazer o levantamento dos dados sobre a origem geográfica do inquirido e da sua família; a terceira incluía perguntas sobre a origem sócio-económica do inquirido, nomeadamente, a profissão dos pais, o rendimento familiar mensal e o nível de instrução dos pais; e, por fim, a quarta continha perguntas sobre o desempenho escolar do inquirido e sobre as suas opiniões acerca de matérias como o

emprego e o ensino superior. O questionário, com probabilidade de resposta igual para todos os inquiridos, foi administrado directamente ao universo de alunos que se inscreveram, pela primeira vez, no ano lectivo 2003/2004, em cursos da área científica das ciências agrárias. Dos 909 inquéritos enviados foi recebido igual número mas apenas foram validados aqueles que estavam total e devidamente preenchidos. Desta forma, obteve-se uma amostra que representa cerca de 61% do universo em estudo. Os dados recolhidos foram, posteriormente, tratados recorrendo à estatística multivariada através da estimação de modelos *logit* com o objectivo de identificar os factores determinantes na escolha educacional e, simultaneamente, perceber a sua capacidade explicativa em termos percentuais. O programa informático utilizado para armazenar, ordenar e tratar os dados foi o SPSS 14.0 (*Statistical Package for Social Sciences*).

APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Do conjunto de instituições de ensino superior agrário português fazem parte 8 unidades orgânicas do ensino politécnico (Escolas Superiores Agrárias) e 6 unidades orgânicas do ensino universitário (três áreas departamentais, duas faculdades e um instituto). Como pode ver-se na figura 1, o ensino universitário representa cerca de 27,3% dos alunos inscritos no ensino superior agrário, pela primeira vez, no ano lectivo de 2003/2004 enquanto que, o ensino politécnico absorve 72,7%. Na mesma figura pode ver-se que, no ensino universitário, as três instituições mais representativas em termos de alunos matriculados, são por ordem decrescente de importância, a Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia (UTL - ISA) com 52%, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Área de Ciências Agrárias (UTAD) com 21% e a Universidade de Évora - Área Departamental de Ciências Agrárias (Universidade de Évora) com 19%. Por fim, a mesma figura mostra que, no ensino politécnico, as três instituições mais representativas são a Escola Superior Agrária de Castelo Branco com 20%, a Escola Superior Agrária de Coimbra com 18,3% e a Escola Superior Agrária de Beja com 17,5%.

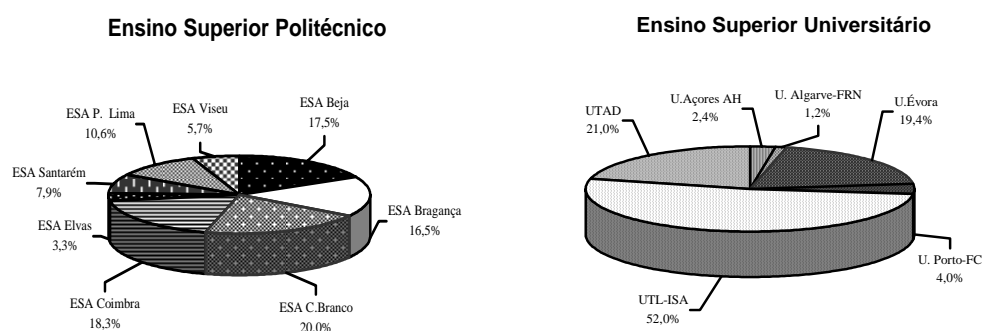


Figura 1 – Distribuição Institucional da Amostra.

A probabilidade de escolher quer o binómio curso/instituição em primeira preferência quer o ensino universitário $P(Y=1)$ é definida através da transformação *logit* como função dos factores explicativos²:

$$p = \frac{1}{1 + e^{-X\beta}}, \quad (1)$$

onde Y , X e β têm os seguintes significados:

Y – variável binária (assume os valores 0 ou 1);

X – vector coluna de dimensão $p + 1$, em que p é o número de variáveis explicativas; e,

β - vector paramétrico desconhecido e que se pretende estimar.

Para apreciar a qualidade global do modelo, um dos métodos usuais, de acordo com Johnston e DiNardo (2001), consiste no cálculo da designada “razão de verosimilhança” (RV), estatística que permite testar a hipótese nula de que os coeficientes são nulos. O cálculo é o seguinte:

$$RV = 2LL_{final} - 2LL_{original} \sim \chi^2_{(K-1)} \quad (2)$$

em que:

$2LL_{final}$ – valor máximo do logaritmo da verosimilhança do modelo estimado; e,

$2LL_{original}$ – valor máximo do logaritmo da verosimilhança do modelo que inclui apenas o termo constante.

Convém realçar que o teste à validade global do modelo apenas permite concluir que o seu poder explicativo é maior do que o modelo composto apenas pelo termo independente, nada se podendo concluir quanto à significância de cada um dos parâmetros estimados. Para aferir sobre a significância individual dos parâmetros testa-se a hipótese nula $H_0: \beta_j = 0$ contra a hipótese alternativa $H_1: \beta_j \neq 0$.

Uma vez testada a validade do modelo, quer ao nível de cada parâmetro quer no seu conjunto deve, posteriormente, testar-se a qualidade do seu ajustamento. De acordo com Pestana e Gageiro (2005), uma medida comparável ao coeficiente de determinação do modelo de regressão linear (R^2) é o coeficiente de determinação de *Cox & Snell*, que tem como inconveniente o facto de não atingir o valor 1 e que é dado, segundo Pestana e Gageiro (2005), pela seguinte expressão:

$$R^2_{Cox\&Snell} = 1 - \left[\frac{2LL_{original}}{2LL_{final}} \right]^{2/n} \quad (3)$$

Como forma de ultrapassar esta limitação utiliza-se, frequentemente, o R^2 de *Nagelkerke* que modificou o coeficiente anterior de forma a atingir o valor 1. Este coeficiente procura quantificar a proporção de variação explicada no modelo de regressão logística e é calculado, segundo Pestana e Gageiro (2005), através da expressão:

² Para um maior desenvolvimento deste modelo consultar Johnston e DiNardo (2001).

$$R^2_{Nagelkerke} = \frac{R^2_{Cox\&Snell}}{1 - [2LL_{original}]^{2/n}} \quad (4)$$

Como pode ver-se no quadro 1, o pseudo R^2 de *Nagelkerke* regista um valor de 18,1%. Por isso, pode afirmar-se que a escolha do binómio curso/instituição é explicado em 18,1% pelas variáveis independentes. Por outro lado, os valores provam, apesar do baixo valor explicativo do modelo, que a regressão global é, altamente, significativa em termos estatísticos uma vez que o Qui-Quadrado (observado) para 9 graus de liberdade é de 80,086 a um nível de significância de 0,0000 sendo superior ao Qui-Quadrado tabelado ou crítico para um nível de significância de 5%, cujo valor é de 16,92.

Os sinais dos parâmetros³ mostram que o efeito das variáveis: “nível de informação”, “preparação generalista” que o curso proporciona e, a convicção de que “as instituições de ensino superior são locais de aprendizagem e de saber” são factores determinantes para a escolha do binómio curso/instituição em primeira opção. Por sua vez, factores como a “nota de acesso ao ensino superior” e a “maior probabilidade de entrar no curso” são os factores que motivam os estudantes na escolha do binómio curso/instituição que não conseguem entrar na primeira preferência. Estes resultados são consistentes com os obtidos por Baía (2000) e por Santos e Baía (2001), autores que também referiam que a facilidade de acesso ao curso e à instituição determinou a escolha das outras preferências. Por outro lado, Vieira e Brito (2002) e o ICSUL (1995) consideram que, frequentemente, os jovens alteram o curso/instituição que indicam como primeira preferência como forma de aumentarem a probabilidade de ingresso. Assim sendo, o facto da nota de acesso ao ensino superior não influenciar positivamente a escolha da primeira preferência não é, de todo, surpreendente.

Quadro 1 - Determinantes para a escolha da opção

Variável	β	Sig.
X12: Nível de informação no acto da candidatura	0,741	0,000
X22: Nota de acesso ao ensino superior	-0,487	0,001
X41: Maior probabilidade de entrar no curso	-0,249	0,002
X43: Preparação generalista do curso	0,231	0,002
X52: Maior probabilidade de entrar na instituição	-0,158	0,033
X83: As instituições de ensino superior são locais de aprendizagem e de saber	0,299	0,002
$\chi^2 = LR = 80,086$ g.l.= 9 Nível de significância para rejeitar H_0 : 0.0000	R^2 Nagelkerke = 0,181	

Nota: Todos os parâmetros são significativos para um nível de significância de 5%.

Foi também estimado um modelo para identificar as determinantes na escolha do tipo de ensino. Estatisticamente, é confirmada a qualidade do modelo pois a hipótese nula foi rejeitada, ao nível de significância de 5%, isto é, o modelo estimado é estatisticamente, válido. Os parâmetros considerados, estatisticamente, significativos a 5%, são os apresentados no quadro 2.

³ No modelo *logit* para explicar a probabilidade de $Y = 1$, apesar dos parâmetros não darem directamente a magnitude do efeito de cada variável explicativa, os seus sinais, positivo ou negativo, indicam o sentido de variação dessa probabilidade, isto é: $Y_i=1$ se $y_i^* > 0$ e $Y_i=0$ no caso contrário.

Quadro 2- Determinantes para a escolha do tipo de ensino

Variável	β	Sig.
X15: Ascensão cultural	-1,3509	0,0001
X18: Nível de rendimento	0,5565	0,0001
X2: Idade	-1,6397	0,0000
X22: Nota acesso ensino superior	0,9584	0,0005
X27: Ter a profissão desejada	0,6863	0,0000
X47: Notoriedade da instituição	1,1144	0,0000
X31: Grau académico pretendido	0,8556	0,0018
X53: Existência de maior número de vagas	-0,3911	0,0007
X60: Dispor de tempo livre	0,6284	0,0001
X67: Exercer profissão com prestígio	-1,1666	0,0000
X7: Vive com os progenitores em tempo de aulas	1,2971	0,0016
X76: Com a dificuldade em arranjar trabalho não vale a pena estudar	-0,5684	0,0003
X83: As universidades são locais de aprendizagem e de saber	0,4072	0,0298
Constante	23,3620	0,0000
$\chi^2 = LR = 349.852$ g.l.= 13 Nível de significância para rejeitar H_0 : 0.0000	R^2 Nagelkerke = 0,717	

Nota: Todos os parâmetros são significativos para um nível de significância de 5%.

Como pode ver-se no quadro 2, o pseudo R^2 Nagelkerke regista um valor de 71,7% o que significa que as variáveis independentes explicam em 71,7% a escolha do tipo de ensino. Os sinais dos parâmetros mostram que o facto do inquirido viver com os pais é favorável à escolha do ensino universitário. Por outro lado, quanto maiores forem: “o nível de rendimento da família”; a “nota de acesso ao ensino superior”; e, o “grau académico que o inquirido pretende alcançar”, maior é a probabilidade da escolha recair no ensino universitário. Finalmente, os resultados mostram que quanto mais elevado for o grau de importância atribuído às variáveis “ter a profissão ambicionada”, “dispor de tempo livre” e a “notoriedade da instituição”, maior é a propensão dos alunos para a escolha do ensino universitário.

A escolha do ensino politécnico é ditada por factores como o aumento da “idade” e de “ascensão cultural”. Também são favoráveis à escolha deste tipo de ensino a “existência de maior número de vagas” e o desejo de “exercer uma profissão com prestígio”.

Estes resultados são consistentes com a tese defendida por Balsa *et al.* (2001) de que, ao ensino universitário, se encontra associada a ideia de qualidade enquanto que, ao ensino politécnico, parecem estar associadas motivações próximas de um carácter prático tais como a facilidade de entrada e a existência de maior número de vagas. Relativamente ao rendimento das famílias, os resultados corroboram os obtidos por Kodde e Ritzen (1987), Jiménez e Vélasquez (2000), e Albert (2000) de que o rendimento familiar é um factor determinante na escolha educacional.

LIMITAÇÕES

Antes de se tecerem as considerações finais, importa referir dois aspectos que condicionaram este estudo e, como tal, obrigam a interpretar os resultados com alguma cautela. Por um lado, a qualidade estática do estudo força os autores a algumas reservas quanto a qualquer tipo de generalizações que, eventualmente, possam ser feitas. Geralmente, os autores desta temática evitam estudos longitudinais nos quais os dados sobre a escolha educacional são reunidos e verificados ao longo do tempo. Pela sua natureza, a investigação de Ribeiro (2005) que serve de base a esta comunicação utiliza, igualmente, a análise vertical com recurso a observações estáticas acerca de características pessoais, familiares, contextuais, sócio-económicas, de desempenho escolar, académicas e profissionais. Por outro lado, aquando da administração do inquérito, as instituições praticavam o sistema da propina única. Por essa razão, os autores consideraram que, nestas circunstâncias, a variável “preço” era irrelevante. Actualmente, a situação é diferente pois as instituições portuguesas de ensino superior começaram a diferenciar os preços. A diferenciação verificada nas propinas deste tipo de bens (cursos superiores) pretende, de alguma forma, atenuar a diminuição do financiamento resultante da conjugação de factores como a diminuição da procura e os cortes orçamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu identificar factores que justificam o comportamento do indivíduo quando este decide dar continuidade aos estudos secundários e opta por um curso na área científica das ciências agrárias. Mais, este estudo permitiu verificar que a opção por uma instituição e por um curso é condicionada por factores de natureza diversa, designadamente, social, económica, pessoal, familiar, académica, contextual e de desempenho. Efectivamente, o primeiro modelo de regressão estimado permitiu identificar como factores determinantes na escolha do binómio curso/instituição em primeira opção: a informação que o inquirido possuía sobre os cursos e as instituições aquando da sua candidatura ao ensino superior; a preparação generalista que o curso proporciona e, ainda, o facto do inquirido ter como convicção que “as instituições de ensino superior são locais de aprendizagem e de saber”. Por outro lado, identificaram-se como factores determinantes na escolha do ensino universitário: o facto do inquirido residir com os pais em tempo de aulas; o rendimento médio do agregado familiar; a nota de acesso ao ensino superior; o nível de estudos pretendidos; os itens “ter a profissão ambicionada”, a “notoriedade da instituição” e “dispor de tempo livre”; e, ainda, o facto de considerar que “as instituições de ensino superior são locais de aprendizagem e de saber”. Já no que diz respeito à escolha do ensino politécnico foram identificados como determinantes: a idade; a ascensão cultural; os itens “existência de maior número de vagas” e “exercer profissão com prestígio”; e, ainda, o facto do inquirido ter um nível de concordância elevado com a opinião “dada a dificuldade em arranjar emprego não vale a pena estudar”.

BIBLIOGRAFIA

Albert, C. (2000). Higher Education Demand in Spain: The Influence of Labour Market Signals and Family Background, *Higher Education*, Vol. 40, nº. 2, pp. 147-162.

Baía, J. (2000), *Determinantes na Decisão de Compra: O Papel da Família na Escolha de um Curso Superior*, Tese de Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Balsa, C., Simões, J., Nunes, P.; Carmo, R. & Campos, R. (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa, Edições Colibri/CEOS.

Dias, J. (1997), *Análise Conjunta: Aplicação ao Processo de Decisão de um Curso Superior*, Tese de Dissertação de Mestrado, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Díaz, M. (1987), *El Acceso a los Estudios Universitarios Análisis y Seguimiento de la Demanda en Asturias*, Ministerio de Educación y Ciencia.

Johnston, J. & DiNardo, J. (2001), *Econometric Methods*, Fourth Edition, McGraw-Hill Company.

Gago, J. (1994), *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal*, Ministério da Educação, Departamento de Programação e Gestão financeira, Lisboa.

Grácio, S. (1997), *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, EDUCA.

Greene, W. (2000), *Econometric Analysis*, Fourth edition, Prentice Wall.

Hayes, L. (1997), Higher Education in Japan, *The Social Science Journal*, Vol. 34, nº. 3, pp. 297-310.

Herbert, D. (2000), School Choice in the Local Environment: Headteachers as Gatekeepers on an Uneven Playing Field, *School Leadership & Management*, Vol. 20, nº1, pp. 79-97.

ICSUL (1995), *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal: Situação e Problemas de Acesso*, Ministério da Educação, Departamento de Programação e Gestão Financeira, Lisboa.

Jiménez, J. & Velasquez, M. (2000), Modelling Educational Choices. A Binominal Logit Model Applied to the Demand for Higher Education, *Higher Education*, Vol. 40, nº. 3, pp. 293-311.

Kodde, D. & Ritzen, J. (1987), Direct and Indirect Effects of Parental Education Level on the Demand for Higher Education, *The Journal of Human Resources*, Vol. 23, nº.3, pp.356-371.

Latiesa, M. (1989), Demanda de Educación Superior: Evaluaciones y Condicionamientos de los Estudiantes en la Elección de Carrera, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, Vol. 46, pp.101-139.

Lopes, R. (2001), *Competitividade, Inovação e Território*, Celta Editora, Lisboa.

Mora, J. (1996), The Demand for Higher Education in Spain, *European Journal of Education*, Vol. 3, nº. 3, pp. 341-355.

Mora, J. & Villareal, E. (1996), Financing for Quality: A New Deal in Spanish Higher Education, *Higher Education Policy*, Vol. 2, pp.175-188.

Pestana, M. & Gageiro, J. (2005), *Descobrimo a Regressão com a Complementaridade do SPSS*, 1ª Edição, Edições Sílabo.

Portugal, P. (2004), Mitos e Factos sobre o Mercado de Trabalho Português: A Trágica Fortuna dos Licenciados, *Boletim Económico*, Banco de Portugal.

Rego, A. & Sousa, L. (2000), Desempenho de Estudantes Universitários: Um Contributo Empírico, *Revista Educação*, Vol. 9, nº2, Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Ribeiro, M. (2005), *Construção de um Modelo da Procura para o Ensino Superior Agrário em Portugal*, Tese de Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Santos, M. e Baía, J. (2001), Determinantes na Decisão de Compra: Aplicação a um Curso Superior, *Revista Portuguesa de Gestão*, III Série, Ano 16, nº. 3, pp. 92-100.

Simão, J., Santos, S. e Costa, A. (2003), *Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década*, Coleção: Trajectos Portugueses nº 53, Gradiva.

Valle, P. e Rebelo, E. (2001), A Inserção dos Licenciados em Economia ou Gestão no Mercado de Trabalho, *Revista Portuguesa de Gestão*, III Série, Ano 16, nº. 4, pp. 50-58.

Vieira, C., Brito, M. (2002), *Estudo sobre os ingressados na Universidade de Évora, ano lectivo 2001/2002*, Universidade de Évora.

Verdú, C. (1998), *La Demanda de Educación Superior en España: 1977-1994*, Ministerio de Educación y Cultura.